



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA PARAÍBA
POLÍTICA DE PRIORIZAÇÃO DE 1ª GRAU

ATA DE REUNIÃO

**4ª Reunião Ordinária
Comitês Orçamentários de 1º e 2º Grau**

IDENTIFICAÇÃO DA REUNIÃO		
Data	Horário de Início	Local
22/11/2019	10:00 horas	Sala Branca – Tribunal Pleno

MEMBROS			
1	Adhemar de Paula Leite Ferreira Neto	20	Maria das Graças Morais Guedes
2	Altamir de Alencar Pimentel Filho	21	Mayuce Santos Macedo
3	Anderley Ferreira Marques	22	Odilson de Moraes
4	Barbara Bortoluzzi Emmerich	23	Oswaldo Trigueiro do Valle Filho
5	Benedito Venâncio da F. Júnior	24	Pedro Henrique de Araújo Rangel
6	Bruno Medrado dos Santos	25	Philippe Guimarães Padilha Vilar
7	Danilo Lacerda Fernandes	26	Renan do Valle Melo Marques
8	Fábio Brito de Faria	27	Saulo Henriques de Sá e Benevides
9	Fábio de Queiroz Nóbrega	28	Saulo Marques Ramos
10	Gilberto de Medeiros Rodrigues	29	Washington Rocha de Aquino
11	Gustavo Farias Alves	30	Zildo de Souza
12	Higor Rodrigues Leal		
13	Janeleide Lázaro Oliveira Ressoa		
14	Janete Oliveira Ferreira Rangel		
15	João Benedito da Silva		
16	João Ramalho Alves da Silva		
17	José Ivonaldo Batista		
18	José Marcos Neto Bernardo		
19	Leandro dos Santos		



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA PARAÍBA
POLÍTICA DE PRIORIZAÇÃO DE 1ª GRAU

PAUTA

1. Abertura
2. Execução Orçamentária 2019
3. Apresentação do Projeto Comitê Técnico Interpoderes
4. Perspectivas Futuras para o Orçamento do Estado e Poderes
5. Deliberações da Última Reunião
6. Encerramento e Deliberações

DEBATES

O Des. Oswaldo Trigueiro, presidente da comissão, abriu os trabalhos. Justificou a ausência de alguns membros em decorrência de férias. Também explicou que o Presidente do Tribunal, Des. Márcio Murilo, não está presente em razão de estar à frente da Governadoria do Estado.

Agradeceu ao Dr. Gilberto Medeiros pela criação do Projeto Nova Peça Orçamentária, bem como a presença do Dr. Felipe, membro suplente. Também agradeceu à Diretora de Economia de Finanças, Gisele Barros.

A Diretora de Economia e Finanças, Gisele Barros, apresentou a execução orçamentária, explanando as despesas e receitas do Tesouro no mês de Outubro do corrente ano. Aduziu que há um saldo, deixado de um mês para o outro, com escopo de cobrir determinadas verbas.

O Sr. Benedito Venâncio questionou acerca do contrato do Tribunal com o Banco do Brasil, se há vantagens para servidores. A Diretoria de Economia e Finanças esclareceu que o contrato girou apenas em retorno financeiro. O Des. Oswaldo Trigueiro asseverou que anotará a sugestão e analisará o caso.

A Dra. Gisele esclareceu que com a liberação de 2 milhões de reais do Duodécimo por parte do Poder Executivo, foi possível equilibrar o fundo.

O Sr. Benedito Venâncio solicitou o envio dos dados apresentados pela Diretora de Economia e Finanças, com escopo de realizar um estudo para debate.

Após a apresentação da execução orçamentária, o Des. Oswaldo Trigueiro afirmou que é salutar o questionamento levantado pelo Sr. Benedito Venâncio, ressaltando que embora haja o portal da transparência, o debate é necessário.

O Dr. Gilberto Medeiros indagou acerca dos restos a pagar. A Dra. Gisele explicou que é preciso fazer uma consulta ao executivo, esclareceu que o valor é de quase 5 milhões de reais do ano de 2013 para o atual, em restos a pagar. O Sr. Ronald Cavalcante, gerente de



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA PARAÍBA
POLÍTICA DE PRIORIZAÇÃO DE 1ª GRAU

finanças, afirmou que é salutar um contato interpoderes com o Executivo.

Asseverou que os restos a pagar estão em um montante alto, questionando acerca do cancelamento e repasse. Ressaltou a imprescindibilidade de um trabalho político com o executivo para fazer um cancelamento e ocorrer o retorno de uma parte desse valor.

Nesse íterim, o Juiz Auxiliar da Presidência, Dr. Meales Medeiros, ressaltou que há algumas despesas no orçamento que não foram efetivamente pagas. Disse que isso é algo que precisa ser alinhado politicamente para que esse recursos dos restos a pagar, se eventualmente cancelados, possam retornar para o Tribunal. Disse que é preciso buscar os setores que solicitaram esses gastos, para tomar conhecimento se eles realmente vão ocorrer.

Dr. Gilberto sugeriu iniciar pelos valores maiores e depois passar para os menores.

O Dr Meales esclareceu que o Tribunal apresenta uma capacidade operacional limitada, por vezes tendo recursos para realizar, e sem possibilidade operacional célere de fazê-lo. Informou que os cortes necessários realizados nos quadros de servidores geraram isso. Ressaltou que a gestão está revendo esse processo de trabalho, buscando aprimorar e distribuir da melhor maneira a força de trabalho existente, bem como os setores que precisam de um reforço.

O Dr. Gilberto afirmou que a pesquisa que realizou demonstra ser essencial levantar a questão técnica e levar à seara política. Des. Oswaldo esclareceu que é imprescindível colocar em prática essa questão.

O Dr. Philippe Guimarães Padilha apresentou o projeto de Comitê Técnico Orçamentário Interpoderes, buscando fortalecer a relação do TJPB com os demais poderes e a sociedade, fortalecendo o diálogo ao elaborar o orçamento anual.

Asseverou que essa comissão interpoderes já existe, mas só é convocada em momentos de crise. Afirmou que pensou em um órgão perene, para que todos pudessem discutir em conjunto o orçamento com base em receitas, despesas, projeções para o ano subsequente. Explicou que na prática o Judiciário, o Ministério Público e até mesmo o Legislativo, não são chamados para serem ouvidos na elaboração de suas leis orçamentárias, ressaltando que a intenção do Poder Constituinte foi que houvesse essa participação, ao assegurar a autonomia orçamentária e financeira ao Poder Judiciário.

Aduziu que o Legislativo e o Executivo acabam tendo um protagonismo exacerbado em relação ao Judiciário quando da elaboração dos limites orçamentários de forma unilateral.

Afirmou que a Constituição do Estado de Minas Gerais traz um excelente exemplo de como colocar em prática essa dinamização na elaboração do orçamento. Mostrou um projeto de lei do Estado da Paraíba dispendo sobre a criação, finalidade, composição, competência e forma de funcionamento do Comitê Técnico Orçamentário Interpoderes.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA PARAÍBA
POLÍTICA DE PRIORIZAÇÃO DE 1ª GRAU

O Des. Oswaldo Trigueiro observou que, historicamente, esse comitê interpoderes foi criado em um momento de crise durante o governo de Ronaldo Cunha Lima, e que aqui esse Comitê é algo técnico. Ressaltou que há imprescindibilidade de colocar esse debate em prática, para que o Judiciário possa ter acesso à elaboração de seus limites orçamentários.

O Dr. Philippe ressaltou que o Poder Judiciário também presta um serviço público, que reflete diretamente nas necessidades da população, e se o Estado não analisa as demandas e apenas ordena aquele adequar o orçamento ao que já foi passado, afeta diretamente na sociedade. Informou que há inúmeras decisões dos Tribunais Superiores afirmando que o Judiciário deve participar da fixação dos limites, e não apenas ter que se adequar às imposições do Poder Executivo.

O Des. Oswaldo Trigueiro aduziu que é primordial o compromisso dos gestores com os serviços prestados à sociedade.

O Sr. Ronald Cavalcante ressaltou a necessidade de presença de setores técnicos nas reuniões interpoderes com os gestores.

O Des. Oswaldo disse que é preciso estabelecer controles nos investimentos necessários ao Poder Judiciário, rubricar. Ressaltou a relação aberta do atual governo com os Poderes. Asseverou que com isso, é possível atender de melhor forma às necessidades da sociedade.

O Dr. Philippe deu continuidade à apresentação do Projeto de Lei, demonstrando e explanando a minuta. Expôs as competências e objetivos do Comitê, bem como de seu funcionamento básico até que fosse aprovado um regimento. Ressaltou que as deliberações não teriam caráter impositivo. Explicou que as reuniões seriam mensais, perenes.

O Des. Oswaldo falou da importância de tentar viabilizar esse projeto, esclarecendo que ele foi entregue ao Procurador Geral do Estado à época (Dr. Gilberto Carneiro), e que houve participação dos diretores financeiros das instituições. Ressaltou que tudo vem evoluindo, sendo construído, sendo imprescindível essa abertura na realização dos orçamentos.

O Sr. Benedito Venâncio sugeriu o acréscimo de período de mandato na minuta do Projeto de Lei apresentada pelo Dr. Philippe, para que coincida com o tempo de gestão.

O Dr. Gilberto Medeiros parabenizou a apresentação do Dr. Philippe. Informou que muitos dos argumentos demonstrados foram utilizados na ADI contra o Estado em razão da questão do Duodécimo, em decorrência de não ocorrer o cumprimento do mandamento constitucional na elaboração e repasse dos orçamentos até o início de 2019.

O Secretário de Planejamento do Estado da Paraíba, Gilmar Martins de Carvalho, explanou as perspectivas financeiras do Estado. Ressaltou a situação atual do cenário econômico atual, bem como a reforma administrativa realizada pelo Governo Federal, que isso afeta diretamente os Estados. Parabenizou a condução Orçamentária e Financeira atual realizada



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA PARAÍBA
POLÍTICA DE PRIORIZAÇÃO DE 1ª GRAU

pelo Tribunal de Justiça.

Ressaltou que para que um comitê interpoderes possa funcionar, é necessário rever a participação dos representantes dos Poderes nesses debates.

Aduziu que, quanto ao cenário Estadual, é preciso uma atenção contínua e permanente, para manter as contas públicas. Argumentou que acha desnecessária a realização de uma reunião mensal no caso da criação desse Comitê Interpoderes, explicando que uma reunião bimestral se mostraria mais produtiva.

Evidenciou a importância de o Chefe do Executivo delimitar os orçamentos, esclarecendo que o Governador é que presta contas à sociedade acerca da aplicação desses recursos.

O Magistrado Bruno Medrado aduziu que a reforma da previdência, mencionada pelo Dr. Gilmar, não afeta atualmente o Estado, bem como a reforma administrativa. Questionou de que local o Secretário retirou as projeções asseveradas. O Dr. Gilmar explicou que futuramente isso impactará a previsão de receita, em razão, principalmente, do déficit previdenciário.

O Presidente do Tribunal de Justiça, Des. Márcio Murilo, parabenizou a explanação do ponto de vista técnico e executivo realizada pelo Secretário do Estado, e ressaltou a importância da transparência, da publicidade.

O Des. Oswaldo Trigueiro agradeceu a presença do Secretário, Dr. Gilmar. Ressaltou a primordialidade do papel do Comitê Orçamentário, e da quebra de barreiras no diálogo entre os poderes. Asseverou que esse modelo de gestão, de controle, deve ser institucionalizado, com objetivo de evitar retrocessos em mudanças de administração.

O Des. Oswaldo prosseguiu com a pauta. Afirmou que o material das deliberações será enviado aos participantes.

O Magistrado Odilson de Moraes ressaltou a necessidade de investir em tecnologia, em inteligência artificial. Sugeriu que o Comitê poderia levasse propostas à Presidência do Tribunal, sobre como poderiam ser arrecadados e remanejados recursos para essa área.

O Des. Oswaldo salientou a importância de manter as evoluções que vem sendo conquistadas, a ponte de diálogo e participação que está sendo construída entre Judiciário e sociedade. Evidenciou a primordialidade do planejamento.

Ainda, sugeriu uma unificação de reunião dos Comitês de Priorização e Orçamentário, tendo como tema central o planejamento. Todos os presentes concordaram.

O Des. Oswaldo agradeceu a presença de todos e encerrou os trabalhos.



COMITÊ ORÇAMENTÁRIO DO 1º E 2º GRAU

DATA: 22/11/2019 - SALA BRANCA

LISTA DE PRESENÇA


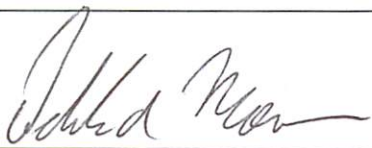
PARTICIPANTE		ASSINATURA
1	ADHEMAR DE PAULA LEITE FERREIRA NÉTO	
2	ALTAMIR DE ALENCAR PIMENTEL FILHO	
3	ANDERLEY FERREIRA MARQUES	
4	BARBARA BORTOLUZZI EMMERICH	
5	BENEDITO VENÂNCIO DA F. JÚNIOR	
6	BRUNO MEDRADO DOS SANTOS	
7	DANILO LACERDA FERNANDES	
8	FÁBIO BRITO DE FARIA	
9	FÁBIO DE QUEIROZ NÓBREGA	
10	GILBERTO DE MEDEIROS RODRIGUES	
11	GUSTAVO FARIAS ALVES	
12	HIGOR RODRIGUES LEAL	



COMITÊ ORÇAMENTÁRIO DO 1º E 2º GRAU

DATA: 22/11/2019 – SALA BRANCA

LISTA DE PRESENÇA

PARTICIPANTE		ASSINATURA
13	JANECLEIDE LÁZARO OLIVEIRA RESSIA	
14	JANETE OLIVEIRA FERREIRA RANGEL	
15	JOÃO BENEDITO DA SILVA	
16	JOÃO RAMALHO ALVES DA SILVA	
17	JOSÉ IVONALDO BATISTA	
18	JOSÉ MARCOS NETO BERNARDO	
19	LEANDRO DOS SANTOS	
20	MARIA DAS GRAÇAS MORAIS GUEDES	
21	MAYUCE SANTOS MACEDO	
22	ODILSON DE MORAES	
23	OSWALDO TRIGUEIRO DO VALLE FILHO	
24	PEDRO HENRIQUE DE ARAÚJO RANGEL	



COMITÊ ORÇAMENTÁRIO DO 1º E 2º GRAU

DATA: 22/11/2019 – SALA BRANCA

LISTA DE PRESENÇA

PARTICIPANTE		ASSINATURA
25	PHILIPPE GUIMARÃES PADILHA VILAR	
26	RENAN DO VALLE MELO MARQUES	
27	SAULO HENRIQUES DE SÁ E BENEVIDES	
28	SAULO MARQUES RAMOS	
29	WASHINGTON ROCHA DE AQUINO	<i>Washington Rocha de Aquino</i>
30	ZILDO DE SOUZA	
31		
32		
33		
34		
35		